

Espaços livres urbanos:¹

marcos teóricos e conceituais para o estudo
das áreas verdes nas cidades

*Free urban spaces: theoretical and conceptual
frameworks for study of green areas in cities*

Antonio Ferreira Colchete Filho²

Wellington Araújo Soares Júnior³

DOI: <https://doi.org/10.34019/2179-3700.2018.v18.29847>

Resumo

Com o reconhecimento de que a cidade é o lugar majoritário das populações, a conservação das áreas verdes representa na atualidade não só uma oportunidade para salvaguarda do patrimônio ambiental, mas também para o reconhecimento dos espaços livres urbanos como fundamentais para a vida em sociedade. O objetivo principal desse artigo é destacar os marcos teóricos para o estudo dos espaços urbanos na contemporaneidade que se relacionam com as áreas de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo. A metodologia adotada procura extrair de uma ampla revisão bibliográfica a identificação de conceitos-chave como praça, parque, reserva ambiental e projeto urbano como subsídios teóricos para o estudo das cidades. Verifica-se que o estudo desses conceitos é uma forma de melhor compreender como as cidades se relacionam com o espaço urbano na contemporaneidade. Destaca-se que na articulação entre praças, parques, reservas e projeto urbano há a possibilidade de uma visão mais integrada e sistêmica para o conhecimento, a divulgação e a valorização do patrimônio social, cultural, turístico e ambiental que valorize mais as áreas verdes e espaços livres urbanos.

Palavras-chave: Paisagem. Paisagismo. Espaço urbano. Espaço público. Brasil.

Abstract

With the recognition that the city is the majority place of the population, conservation of green areas is not only an opportunity to safeguard environmental heritage, but also to recognize urban spaces as fundamental to life in society. The main objective of this article is highlight the theoretical frameworks for study of urban spaces in the contemporaneity that relate to the Architecture, Urbanism and Landscaping. The methodology tries to extract a identification bibliography of key-concepts like square, park, environmental reserve and urban project as theoretical subsidies for the study of the cities. It is verified that the study of these concepts is a way to understand how cities relate to urban space in contemporary times. It is worth highlighting that in the articulation between squares, parks, reserves and urban project there is the possibility of more integrated and systemic vision for the knowledge, dissemination and appreciation of the social, cultural, tourist and environmental patrimony that values more green areas and free urban spaces.

¹ Trabalho premiado no Seminário de Iniciação Científica da UFJF de 2014.

² Doutor em Ciências Sociais (UERJ). Professor Titular FAU/UFJF e Bolsista de Produtividade PQ/CNPq. Bolsista PDS/CNPq, 2012-2013 e 2017-2018.

³ PIBIC/CNPq, 162819/2013-7. Endereço completo: UFJF Faculdade de Engenharia PROAC Campus Universitário, Martelos, Juiz de Fora/MG, CEP: 36.036-330.



Keywords: Landscape. Landscape Design. Urban Space. Public Space. Brazil.

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa aqui apresentada partiu da premissa de que as cidades contemporâneas, passados mais de cem anos da Revolução Industrial na Europa, vivem a agudização dos conflitos entre a maximização da urbanização e os efeitos desse fato para a crescente carência de espaços livres e verdes, sobretudo, nos grandes centros. Essa preocupação é antiga, pois as cidades pós-Revolução Industrial trataram de pensar o verde no espaço de inúmeras maneiras, desde a criação das cidades-jardim à introdução dos parques para lazer, fruição e cura dos males urbanos. São muitos os exemplos internacionais e as reverberações que chegaram ao Brasil desde os idos anos 1700. Entretanto, a visão paradisíaca do jardim, do parque, permanece no inconsciente coletivo e é cada vez mais reiteradas como item fundamental para elevar a vida nas cidades. Junto com essa lógica, os espaços públicos são conclamados ao dever de atender de forma qualitativa, sustentável e democrática aos anseios de uma população urbana voraz pelo consumo de lugares de qualidade, indicados até para a manutenção de contatos pessoais e de redes de sociabilidade tradicionais, frente ao crescimento do espaço virtual e das relações nele instituídas. Para Sevckenko (2002, p. 39), a modernidade é um tempo onde há intensa convergência e diluição entre as fronteiras das esferas públicas e privada, que provocam um estreitamento da subjetividade. Diante do desafio da mutação rápida e crescente de demandas sociais e culturais nas inúmeras sociedades hoje, convivemos cada vez mais com espaços livres urbanos de diferentes aspectos e funções. Desta forma, é importante o reconhecimento dos espaços livres urbanos que sejam áreas verdes referenciais nas cidades hoje (COLCHETE FILHO; PEDROSO; BRAIDA, 2014), em um mundo cada vez com mais graves problemas ambientais e urbanos, como aponta Davis (2006).

Para uma breve conceituação desses dois grandes temas, tão inter-relacionados, recorreremos a Henk-Oliveira (1996) quando afirma que as áreas verdes são áreas permeáveis, sem construção, que podem ser públicas ou não, mas que possuem cobertura vegetal predominantemente arbórea ou arbustiva capaz de proporcionar um microclima distinto no meio urbano. São áreas que exercem potencialmente as funções ecológicas (suporte à fauna urbana), estéticas (marcos na paisagem edificada) e de lazer (bem-estar humano). Para Lima *et al.* (1994) espaço livre é um termo mais abrangente que áreas verdes, já incluídas nesse grande grupo. Devem ser consideradas também as

praças, os jardins públicos e os parques urbanos, além dos canteiros centrais e trevos de vias públicas. Os autores apontam que as áreas verdes, assim como todo espaço livre, devem ser hierarquizadas, segundo sua tipologia (privadas, potencialmente coletivas e públicas) e categorias. Nas últimas décadas o espaço público vem apresentando novas condições e necessidades, o que só aumenta em complexidade sua conceituação. Em poucas palavras, definiremos como Macedo (1995) o espaço público como todo espaço livre que não é cercado por paredes e tetos, locais que não foram construídos para função de moradia. Assim, dentro da malha urbana podemos ter como espaços livres as ruas, pátios, praças, parques, jardins e reservas. Tardin (2008, p. 45) afirma a importância da análise sobre essas superfícies se fundamentar em dois aspectos substanciais: primeiro, de que geralmente são áreas cujo valor estrutural não é reconhecido pelo planejamento – exceto as áreas já protegidas; e, segundo, porque são espaços ameaçados pela ocupação urbana, sendo de interesse estratégico para a formação de um sistema. Verificamos, portanto, que a compreensão dos espaços livres urbanos perpassa diferentes escalas e permite diferentes abordagens conceituais (SWAFFIELD, 2002). Balizada pela ampla bibliografia dedicada à compreensão do espaço urbano, a pesquisa aqui proposta procura extrair das inúmeras leituras da cidade experiências que se configurem como caminhos para compreender as áreas verdes como tema de pesquisa do espaço urbano, integrada ao ambiente e seus habitantes.

2 METODOLOGIA

Como recurso metodológico principal para o desenvolvimento da pesquisa é fundamental a abordagem de caráter multidisciplinar em virtude da natureza complexa e dinâmica, tanto da cidade, quanto das tipologias espaciais. Assim, essa pesquisa se caracteriza pelo recurso da revisão bibliográfica de diversas produções que alimentam a reflexão sobre o tema dos espaços livres urbanos e das áreas verdes, presentes tanto em livros e revistas, como em sítios da internet e materiais audiovisuais, já que há diferentes mídias cada vez mais usuais a serem incorporadas como insumos de pesquisa.

É importante ressaltar que as referências para o aprofundamento da pesquisa sobre temas urbanos costumam ter múltiplas possibilidades de exploração, tanto como suporte teórico para as análises, como auxílio para compreensão de estratégias metodológicas ou para o mero reconhecimento de contextos de projetos e intervenções,

no caso, existentes nas cidades selecionadas. Neste artigo, destacam-se os conceitos fundamentais que alimentaram uma base iconográfica de pesquisa que analisou todo um conjunto de exemplos e casos de referência de espaços livres urbanos em capitais brasileiras, que não foi possível sistematizar neste sintético documento.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como forma de resumir os conceitos estudados nesta pesquisa, destaca-se, então, quatro conceitos-chave: (1) praça; (2) parque; (3) reserva ambiental e (4) projeto urbano. O primeiro conceito, (1) praça, remete a uma palavra que comporta inúmeras considerações de ordem social, cultural e filosófica, que podem variar em função do tempo de onde se observa ou do espaço que se tem em consideração. Contudo, destacamos, como Dourado (1997), a praça como um dos fatores identificadores de cidades. Cidades muito pequenas geralmente têm uma única praça que se torna palco de festas e articulação política. É o ponto de encontro da população, em qualquer hora do dia a comunidade faz uso do espaço, seja para descansar, passear com a família, praticar alguma atividade, brincar, ter contato com a natureza, aliviar as tensões do cotidiano ou apenas fugir da solidão. Nas cidades maiores, a praça passa a ter outros significados. Nestas, as praças existem em número maior e podem não ter a mesma riqueza ou ordem de significados.

Portanto, vista no conjunto de espaços da cidade, a praça reúne elementos históricos e formais que a designam como um dos espaços mais importantes do meio urbano. Formais, porque é um espaço diferenciado, ausente de construções, dentro da estrutura urbana quase sempre bastante adensada; e históricos, porque ao possuir características que permitem a concentração de pessoas, atrai atividades importantes para o seu próprio espaço e para o entorno, atuando como um cenário importante dos fatos sociais.

O segundo conceito, (2) parque, no sentido geral, pode ser visto, no senso comum, como uma grande praça. Entretanto, a variação de usos e funções atribuídas à palavra parque pode denotar e delimitar acepções espaciais bem distintas, como parque tecnológico ou parque industrial. Para Scalise (2002, p.23), a definição de parque é “dificultada pelas diferenças de dimensões, formas de tratamento, funções e equipamentos”, pois podem ainda se vincular a aspectos de proteção ambiental, bem como, se relacionar àqueles espaços voltados para usos esportivos e recreativos.

Portanto, mesmo os parques denotando uma vinculação direta com o lazer, dependendo da sua escala e usos, podem atuar como uma praça ou mesmo um lugar de interesse ambiental, o que amplia suas dificuldades de conceituação estrita e genérica.

Nessa pesquisa, associamos a palavra parque a urbano. Assim, segundo Macedo e Sakata (2002, p. 14), parque urbano pode ser entendido como “Todo o tipo de espaço público destinado à recreação de massa, qualquer que seja seu tipo, capaz de incorporar intenções de conservação”, uma estrutura morfológica autossuficiente do seu entorno.

O terceiro conceito destacado é uma tipologia integrante do conjunto de espaços livres públicos, (3) a reserva ambiental. Em um país com a diversidade de ecossistemas, podemos encontrar diferentes formações vegetais. Entretanto, o modo capitalista de produção promove o crescimento do tecido urbano de forma a estrangular as áreas verdes que o entremeiam (FEIBER, 2004). Nesse contexto, as Unidades de Conservação Nacionais exercem uma forma de proteção do patrimônio ecológico, garantindo a manutenção do estoque de biodiversidade, minimizando os riscos de destruição de florestas e áreas verdes, principalmente em perímetro urbano.

As Unidades de Conservação podem ser classificadas em dois grandes grupos, de acordo com a forma de uso dos recursos naturais: as Unidades de Proteção Integral e as Unidades de Uso Sustentável. Nas Unidades de Proteção Integral é permitido apenas o uso indireto dos recursos naturais, em atividades que não envolvem consumo, dano ou destruição destes, como a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação ambiental, recreação em contato com a natureza e turismo ecológico. Já nas Unidades de Uso Sustentável é permitido o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais, em compatibilidade com a conservação do meio. As áreas de proteção ambiental de acesso público e as florestas urbanas têm interesse nesse estudo e são nomeadas aqui genericamente como reservas ambientais, pelo alto poder de concentração de recursos naturais e paisagísticos e o acesso do público a esse patrimônio.

Por fim, destaca-se que o conceito de (4) projeto varia de acordo com cada área disciplinar e, no campo da arquitetura e urbanismo, se expande igualmente pelas muitas naturezas e escalas de intervenção, ou eventos como após as grandes Guerras Mundiais e as novas demandas por transporte e aspectos culturais. Vaz e Jacques (2001, p. 8) assinalam a existência de três padrões ou gerações de projetos urbanos, dentro de uma perspectiva histórica: o primeiro remete aos anos 1960 (fim dos CIAMs - Congresso

Internacional de Arquitetura Moderna); o segundo aos anos 1970-80 (valorização do contexto e regionalidades); e o terceiro, dos anos 1990 (busca de evocação de uma imagem forte de cidade, de identidade), condição que se verifica ainda vigente.

O projeto urbano (PU) é uma variação do termo grande projeto urbano, ou uma derivação para aquelas estratégias que se dão no espaço livre, intervenções na cidade. Conforme aponta Vasconcellos (2006, p. 13), projeto urbano é uma das inúmeras denominações que indicam a “transformação no espaço da cidade através de uma ação intencional”, muitas vezes, intervenções pontuais no espaço da cidade que estão relacionadas à formulação de uma nova imagem para os centros urbanos. A inserção de áreas verdes nessa perspectiva é acompanhada da implantação de equipamentos de lazer e colabora para a consolidação de um discurso centrado na sustentabilidade e qualidade de vida.

Mesmo com algum consenso sobre os impactos negativos de muitos projetos de intervenção urbana, como também comenta Portas (2005, p. 103), o espaço público é, de fato, o meio onde os projetos se materializam. O arquiteto aponta para as diversas operações urbanas nas cidades, alguns casos, estratégias das cidades visando sua própria visibilidade, noutros, agressividade presente na “força do mercado”. Se a perenidade desse espaço é que está em jogo numa sociedade cada vez mais vinculada a situações descartáveis e instáveis, resta pensar qual a questão que emerge dessa discussão. Para o pesquisador francês Tsiomis (2006, p. 76) a concepção para essa natureza de projeto indica que há o enfraquecimento da própria essência do espaço público: “A concepção enfrenta hoje um duplo problema: a complexificação do objeto mesmo da concepção e o empobrecimento das funções e do programa para o espaço público”. Assim, pensar o projeto e o espaço público integrados torna-se uma metodologia de pesquisa bastante instigante, pela própria natureza dessa dinâmica, que envolve campos tradicionais do projeto, como arquitetura, engenharias, planejamento urbano e paisagismo e também envolve campos disciplinares afins, como antropologia, geografia e economia, em suma, uma tarefa colaborativa da qual o arquiteto faz parte (LANG, 2005, p. 394).

4 CONCLUSÃO

Na recapitulação teórica dos conceitos que fundamentam grande parte das pesquisas no campo dos estudos urbanos, atenta-se para como unidades espaciais

denominadas usualmente como praças, parques e reservas ganham densidade quando vistas como partes integrantes da cidade contemporânea. Outros espaços não edificados também são importantes, como as faixas litorâneas, as áreas de topografia acidentada ou até os vazios urbanos, mas como Krier (1981, p. 17-20) aponta, a rua e a praça são os dois elementos básicos do espaço urbano. Mas a praça foi, talvez, o primeiro meio que o homem descobriu para uso e também controle do espaço, que acabaria inspirando alguns espaços sagrados, como a ágora, o fórum, o claustro. A rua teria um caráter mais funcional que a praça, perdendo em atrativos. Ao longo da história verificamos que é na praça que costuma se dar a presença do comércio mais intenso, das cerimônias públicas importantes, o que acaba por solidificar um conteúdo simbólico forte às praças em geral.

Assim, as atividades de natureza comercial e cultural, preferencialmente em tempo integral, aliadas ao uso residencial, são tão características no entorno das praças, pois ampliam o potencial de uso coletivo que já possuem. As praças são mais que espaços de recreação, desempenham a função de ordenação urbana, com rica relação dos espaços com a vizinhança, a cidade e a sociedade como um todo (ALEX, 2008). Parques e reservas ambientais cumprem ainda, além de importante função social, a possibilidade de trazer a dimensão ecológica para o cotidiano. Cada um desses três exemplos de espaços livres urbanos são objetos de reflexão e projeto também. O projeto urbano tem sido uma ação de intervenção sobre as cidades que procura recuperar ou revitalizar espaços públicos que necessitam de melhor adequação às funções, usos e perspectivas dos cidadãos. Entretanto, às diversas possibilidades de projetos somam-se as críticas aos resultados, que, embora atentem para os rumos que os espaços vêm tomando, muito próximos de situações pasteurizadas e gentrificadoras (SÁNCHEZ, 2007), revela que essa problemática de projeto se afina com a natureza dinâmica e heterogênea dos espaços urbanos, em um tempo repleto de incertezas onde atuam outras forças e interesses dominantes, sobretudo, do capital imobiliário.

Por fim, mesmo que o tempo de nossas análises seja o mesmo tempo das mudanças que estão em curso, a contemporaneidade não se desvincula de aspectos ancestrais da relação Homem-mundo. Na riqueza potencial desse lugar de projeto reside também a chance de uma vida urbana potencialmente mais rica, que o projeto pode ajudar a revelar.

5 AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio e bolsas concedidas no período (PDS e PIBIQ).

REFERÊNCIAS

ALEX, Sun. **Projeto da praça: convívio e exclusão no espaço público**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2008.

COLCHETE FILHO, Antonio; PEDROSO, Emmanuel; BRAIDA, Frederico. **Áreas verdes em Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, Funalfa, 2014.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DOURADO, Guilherme (org.). **Visões da paisagem: um panorama do paisagismo contemporâneo no Brasil**. São Paulo: ABAP, 1997.

FEIBER, Silmara. Áreas verdes urbanas imagem e uso: o caso do Passeio Público de Curitiba. **R.RA'E GA**. Curitiba, n. 8, p. 93-105, 2004.

HENKE-OLIVEIRA, Carlos. **Planejamento ambiental na cidade de São Carlos com ênfase nas políticas públicas e áreas verdes: diagnóstico e propostas**. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Recursos Naturais) – UFSCar, São Carlos, SP, 1996.

KRIER, Rob. **El espacio urbano**. Barcelona: Gustavo Gili, 1981.

LANG, Jon. **Urbandesign: a typology of procedures and products**. Oxford, UK: Elsevier, 2005.

LIMA, et al. Problemas de utilização na conceituação de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARBORIZAÇÃO URBANA. **Anais...** São Luís/MA: Imprensa EMATER, 1994, p. 539-553.

MACEDO, Silvio Soares. **Quadro do paisagismo no Brasil**. São Paulo: Quapá, 1999.

MACÊDO, Sílvio; SAKATA, Francine. **Parques urbanos no Brasil**. São Paulo: Editora USP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

PORTAS, Nuno. **Os tempos das formas, v.1: a cidade feita e refeita**. Escritos 1963-2004. Universidade do Minho: DAAUM, 2005.

SÁNCHEZ, Fernanda. Cultura e renovação urbana: a cidade-mercadoria no espaço global. In: LIMA, Evelyn; MALEQUE, Míria (org.). **Espaço e cidade: conceitos e leituras**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007, p. 25-39.

SCALISE, Walnyce. Parques Urbanos: evolução, projeto, funções e uso. In: **Revista Assentamentos Humanos**, Marília, v. 4, n. 1, p. 17-24, 2002.

SEVCENKO, Nicolau. O desafio das tecnologias à cultura democrática. In: PALLAMIN, Vera (org.). **Cidade e cultura: esfera pública e transformação urbana**. São Paulo: Estação Liberdade, 2002. p. 37-47.

SWAFFIELD, Simon (ed.). **Theory in landscape architecture: a reader**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2002.

TARDIN, Raquel. **Espaços livres: sistema e projeto territorial**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

TSIOMIS, Yannis. O ensino de projeto urbano entre a crise e a mutação. In: MACHADO, D. (org.). **Sobre Urbanismo**. Rio de Janeiro: Viana & Mosley: Ed. PROURB, 2006. p. 65-79.

VASCONCELLOS, Lélia. Projeto Urbano, um novo termo para definir intervenções na cidade? In: SIMPÓSIO A ARQUITETURA DAS CIDADES NAS AMÉRICAS. Diálogos Contemporâneos entre o local e o global, Sevilha, 2006. **Anais...** p.1-15.

VAZ, Lilian F. e JACQUES, Paola B. Reflexões sobre o uso da cultura nos processos de revitalização urbana. In: IX ENCONTRO NACIONAL ANPUR. **Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ, 2001, p. 664/674.